

**Intervenção da Presidente Roberta Metsola na reunião extraordinária  
do Conselho Europeu  
17 de abril de 2024**

Obrigada, Charles.

Boa tarde a todos.

Dentro de 50 dias, centenas de milhões de europeus começarão a afluir às urnas. Como é do vosso conhecimento, tenho estado de visita a vários Estados-Membros com outros deputados ao Parlamento Europeu para escutarmos os cidadãos. As pessoas com quem temos falado mencionam entre as suas prioridades absolutas o combate à pobreza e à exclusão social, a segurança, o reforço da economia e a criação de novos postos de trabalho.

É nestes domínios que as pessoas esperam que apresentemos resultados, como já fizemos em relação à migração. É por este motivo que me congratulo com o nosso debate sobre o estímulo do crescimento económico e a promoção da competitividade europeia, para o qual contribuíu a análise de Enrico Letta no seu relatório de alto nível sobre o futuro do mercado único. Tudo isto está a acontecer num momento crucial.

Caros colegas,

O mercado único é o modelo de crescimento ímpar da nossa União. Tem contribuído em larga medida para a convergência e é o nosso ativo mais valioso. Os cidadãos podem hoje viver, trabalhar e estudar em qualquer Estado-Membro da nossa União e viajar por todo o território. O mercado único ajuda as empresas – grandes e pequenas – a instalarem-se onde entenderem, o que lhes proporciona maior acesso ao mercado e fomenta a competitividade. Além disso, oferece mais escolha aos consumidores, a preços mais acessíveis, e uma maior proteção dos seus direitos e interesses. Este mercado único e democrático, que é o maior do mundo, permitiu reforçar a nossa posição a nível internacional.

Ainda assim, as novas realidades geopolíticas e os desafios cada vez mais complexos têm trazido à luz as vulnerabilidades do nosso mercado único. Como fazer para tornar a Europa mais competitiva, mais inovadora e mais autónoma? Como atrair empresas, criar emprego e aumentar o crescimento económico?

Este debate não é novo. Há mais de 30 anos que o mercado único é um projeto em evolução que está intrinsecamente ligado às prioridades estratégicas da UE. Ora, temos de ter presente que o projeto do mercado único europeu é – e sempre foi – profundamente político. E estou convicta de que o nosso espaço económico continua a ter potencial para gerar benefícios ainda maiores para a nossa população. Chegou o momento de reiterarmos o nosso compromisso nesse sentido.

Significa isto que temos de aprofundar o nosso mercado único para que volte a estar à altura das necessidades do contexto atual, mormente das transições ecológica e digital das nossas economias. Só através do aumento da produtividade, da aceleração do investimento nas nossas próprias capacidades industriais, designadamente em redes elétricas inteligentes, e da integração do mercado único da energia, das finanças e das telecomunicações poderemos reduzir as dependências estratégicas e, ao mesmo tempo, promover e manter o crescimento económico. O mercado único é o nosso maior propulsor económico, e isso deve refletir-se num

nivelamento por cima das nossas comunidades. É assim que combatemos a exclusão social, seja ela fora de linha seja em linha.

Na prática, será necessário empreender mais esforços para atingir um patamar de igualdade. Com a adoção do Regulamento Serviços Digitais, do Regulamento Mercados Digitais e do Regulamento Inteligência Artificial, deram-se passos decisivos na direção certa. Mas é necessário um empenho semelhante no que diz respeito à energia e, de modo mais geral, à transição ecológica.

A realidade é que, embora os nossos objetivos sejam os mais ambiciosos à escala mundial – o que deve ser e é motivo de orgulho –, existe o risco de a burocracia excessiva nos refrear. Por exemplo, em alguns sítios, a fase de projeto de um parque eólico marítimo pode demorar tanto tempo quanto a construção completa de um parque eólico terrestre. Significa isto que, hoje em dia, é muito menos atrativo construir infraestruturas mais eficientes na Europa.

Mas a burocracia não é apenas um obstáculo ao investimento estratégico e às nossas ambições climáticas – é também um obstáculo à inclusão socioeconómica. As manifestações dos agricultores são um exemplo gritante de como não adequámos as nossas ambições às necessidades e expectativas dos nossos cidadãos. Este problema está longe de ser exclusivo da agricultura e é preciso que isso fique claro na agenda estratégica.

É por isso que sempre defendi que, para ser bem-sucedida – e é preciso que o seja –, a transição ecológica tem de envolver todos os setores. Não pode deixar ninguém para trás. Deve proporcionar verdadeiros incentivos e redes de segurança à indústria. As pessoas precisam de ter confiança no processo e dispor de meios para fazer face aos custos. Caso contrário, arriscamo-nos a empurrar cada vez mais pessoas para o conforto dos extremos, num momento em que, paradoxalmente, estamos a pedir-lhes que defendam a Europa. Não podemos permiti-lo.

O nosso progresso económico é também travado pela fragmentação do nosso setor financeiro e, mais especificamente, pelos obstáculos aos fluxos de capitais na nossa União. Embora os investimentos verdes tenham ganhado novo ímpeto nos últimos anos, existe ainda um défice anual de mais de 400 mil milhões de euros que, mesmo que reavaliemos a nossa política de auxílios estatais, não pode ser colmatado apenas com fundos públicos.

A livre circulação de capitais é uma das quatro liberdades fundamentais do mercado único e, no entanto, mesmo após décadas de integração, ainda existem obstáculos que afetam a nossa competitividade mundial.

Se queremos que as nossas empresas e indústrias se expandam e inovem, se queremos criar emprego, incentivar melhores oportunidades de poupança para os nossos cidadãos, gerar riqueza e assegurar a competitividade da Europa, temos de criar as condições e o enquadramento adequados para que as nossas empresas em fase de arranque e as nossas PME permaneçam na Europa. Quer isto dizer que temos de concluir a nossa União Bancária e a nossa União dos Mercados de Capitais. Como já referi anteriormente, o aprofundamento do mercado único sempre foi uma questão de vontade política. É tempo de voltarmos a ocupar-nos do assunto para não correremos o risco de tudo perder.

É assim que podemos mostrar aos nossos cidadãos que o nosso projeto produz resultados. Que podemos afrontar os verdadeiros problemas e aliviar os desafios que enfrentam as empresas e

famílias de toda a Europa que se veem confrontadas com faturas mais elevadas, mercados da habitação incertos e dificuldade em fazer face às despesas. Que garantiremos a competitividade, a prosperidade e a liderança a longo prazo na cena mundial.

No processo de expansão do nosso mercado único, de aplicação de reformas e de preparação para o mundo em mutação, o alargamento da UE à Ucrânia, à Moldávia, à Geórgia e aos Balcãs Ocidentais deve continuar a ocupar um lugar de destaque na nossa agenda estratégica e política. Neste contexto, a aprovação do Mecanismo para as Reformas e o Crescimento nos Balcãs Ocidentais representa um passo na direção certa. Prova, uma vez mais, que o mercado único nos torna efetivamente atrativos. Aproxima-nos dos nossos aliados dos Balcãs Ocidentais e, ao fazê-lo, torna o nosso continente, a nossa União, o nosso modo de vida europeu – e todos nós – mais fortes. O Parlamento Europeu está bem ciente disto, razão pela qual nos reunimos para aprovar este mecanismo em tempo recorde.

Caros colegas,

Iniciei a minha intervenção de hoje fazendo referência às preocupações dos cidadãos. Os europeus também querem que forcemos as nossas estruturas de segurança e defesa para defendermos a paz e a democracia nos próximos cinco anos. O que está a acontecer nas nossas fronteiras deve permanecer no topo das nossas prioridades.

A Rússia persiste nos seus ataques ilegais e indiscriminados contra a Ucrânia. Já prestámos um forte apoio político, diplomático, humanitário, económico e militar à Ucrânia. Não podemos vacilar no nosso apoio ao país. Temos de acelerar e intensificar a entrega dos equipamentos de que precisa, designadamente de defesa aérea.

Não podemos desistir.

O mesmo se aplica às tentativas da Rússia de distorcer a narrativa e fomentar sentimentos pró-Kremlin no período que antecede as eleições europeias de junho através da desinformação. Já não se trata de uma mera ameaça, mas sim de uma possibilidade real, e temos de estar preparados para a combater. A este respeito, permitam-me reiterar que o Parlamento Europeu está disposto a apoiar-vos de todas as formas ao seu dispor para repelir e combater todas as interferências maliciosas nos nossos processos democráticos de tomada de decisão. Como sempre fez.

Quanto à situação no Médio Oriente, existe o risco de os ataques sem precedentes com *drones* e mísseis perpetrados pelo Irão contra Israel inflamarem novas tensões na região. Enquanto União, continuaremos a trabalhar no sentido de desanuviar a situação e de evitar que degenerem num novo derramamento de sangue.

No ano passado, o Parlamento Europeu votou, por esmagadora maioria, a favor da inclusão do Corpo de Guardas da Revolução Islâmica na lista de organizações terroristas. Continuamos a defender este ponto de vista. E, ante os novos e preocupantes acontecimentos, é necessário e defensável aplicar novas sanções contra o Irão pelos seus programas de *drones* e mísseis.

Em Gaza, a situação continua a ser desesperante. Permitam-me reiterar que o Parlamento Europeu continuará a pugnar por um cessar-fogo. Continuaremos a exigir a libertação dos restantes reféns e a sublinhar que o Hamas não poderá ficar impune. É deste modo que faremos chegar mais ajuda a Gaza, que salvaremos vidas inocentes e que insistiremos na necessidade

urgente de uma solução assente na coexistência de dois Estados que ofereça perspetivas reais aos palestinianos e à segurança de Israel.

Caros colegas,

Este é o último Conselho Europeu antes das eleições de junho. Gostaria de vos agradecer estes debates dinâmicos e o vosso apoio aos nossos esforços para aumentar a afluência às urnas. E garanto-vos: o Parlamento continuará a trabalhar até ao último momento da legislatura em benefício de todos os cidadãos europeus.